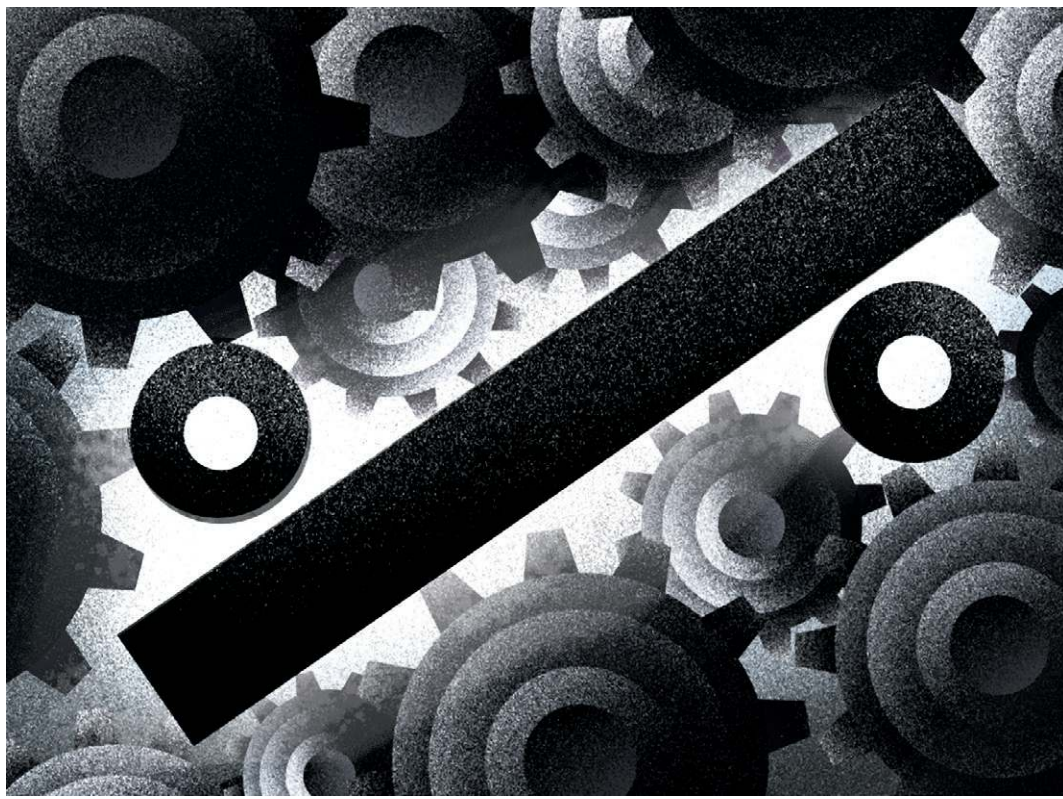


A natureza da desindustrialização brasileira



» JOSÉ LUIS OREIRO

Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)

O debate sobre a desindustrialização da economia brasileira tem início no ano de 2005, quando o economista Chileno Gabriel Palma apresentou um seminário na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) em que ele desenvolveu pioneiramente o conceito de desindustrialização precoce que afetou os países da América Latina a partir da adoção dos preceitos do Consenso de Washington no início dos anos 1990. Para Palma, a redução das tarifas de importação realizada pela maior parte dos países da América Latina nos anos 1990, em um contexto macroeconômico marcado pela adoção de planos de estabilização com âncora cambial, gerou uma redução da participação da indústria de transformação no PIB dos países da América Latina a um nível de renda per capita bastante inferior ao observado pelos países do G7 quando eles passaram por um processo de desindustrialização nos anos 1970 e 1980. A desindustrialização da América Latina seria, portanto, precoce na comparação com o ocorrido com os países de alta renda, nos quais a desindustrialização poderia ser vista como decorrência natural do aumento do nível de renda per capita, o qual tende a fazer com que, após certo nível, uma parte crescente da renda das famílias seja alocada em serviços em vez de produtos manufaturados.

Entre 2006 e 2010, um número crescente de economistas desenvolvimentistas passaram a sustentar a tese de que a economia brasileira passava por um processo de desindustrialização precoce devido à crescente sobrevalorização da taxa de câmbio ocorrida a partir de 2005, fruto da política de juros elevados praticados pelo Banco Central, a qual conseguiu fazer com que

a inflação ficasse quase 150 pontos-base abaixo da meta no ano de 2006. Os economistas ortodoxos, contudo, negaram reiteradamente a ocorrência desse processo, alegando que as elevadas taxas de crescimento da produção industrial — ainda que inferiores ao crescimento do PIB — eram prova de que a indústria brasileira estava ganhando competitividade devido à possibilidade de importar bens de capital de última geração a preços mais baixos em razão da valorização cambial.

O debate brasileiro começa a mudar a partir da crise internacional de 2008 e da “guerra cambial” resultante dos efeitos das políticas de afrouxamento quantitativo adotadas pelos bancos centrais dos países de alta renda, notadamente o Federal Reserve. Tais políticas resultaram em uma forte desvalorização do dólar e em um aumento dos preços em dólares das commodities exportadas pelo Brasil; acentuando a sobrevalorização cambial, o que não apenas acelerou a queda da participação da indústria no PIB, como também reduziu a participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações brasileira de cerca de 53% em 2008 para pouco mais de 35% em 2015.

Hoje em dia, ninguém nega que o Brasil passou por um intenso processo de desindustrialização nos últimos 30 anos e que esse processo foi nocivo para o desenvolvimento econômico do país. A questão em debate agora se refere às causas desse processo.

Recentemente, alguns economistas ortodoxos lançaram a hipótese de que a desindustrialização ocorrida no Brasil no período 1995-2022 não se deve à sobrevalorização cambial, mas à

baixa inserção da indústria brasileira nos mercados internacionais resultante da baixa abertura comercial do Brasil. O argumento é que a baixa abertura comercial da economia brasileira faz com que as indústrias operem abaixo da escala mínima eficiente e, portanto, com elevado custo unitário de produção, o que reduz a competitividade da indústria brasileira, levando-a, assim, a perder espaço no PIB e na pauta de exportações.

Essa tese tem, contudo, baixa aderência com os fatos. Em primeiro lugar, quando comparamos a evolução da abertura comercial do Brasil e dos Estados Unidos no período 1995-2022, observamos que o grau de abertura comercial brasileira aumentou relativamente em relação a dos Estados Unidos. Entre 1995 e 2022, segundo dados do Banco Mundial, a abertura comercial do Brasil passa de 17% para 39% do PIB, ao passo que a estadunidense passa de 22% para 27% do PIB. Em segundo lugar, a estagnação da produtividade da indústria brasileira nesse período está fortemente relacionada com o baixo investimento na compra de máquinas e equipamentos que incorporem as mais novas tecnologias de produção. Produtividade resulta do aumento do estoque de capital por trabalhador empregado. A combinação de juros altos e câmbio sobrevalorizado dos últimos 30 anos desestimula o investimento em máquinas e equipamentos e, dessa forma, a modernização da indústria brasileira. O comportamento recente do Banco Central do Brasil no que se refere à questão da taxa Selic apenas atua no sentido de agravar a desindustrialização da economia brasileira.

Inclusão produtiva e a crise do clima

» VIVIANNE NAIGEBORIN
Superintendente da Fundação Arymax

» MARCELO FURTADO
Head de sustentabilidade da Itaúsa, diretor executivo do Instituto Itaúsa e diretor da Nature Finance.

As mudanças climáticas têm pautado o dia a dia do país e do mundo, com impactos gigantescos em todas as sociedades, como assistimos no caso do sul do Brasil. Não é mais possível dissociar esse tema da transição para a sustentabilidade, seja de um país, um setor ou uma corporação, e da garantia de condições de vida no futuro. O enfrentamento às mudanças climáticas exige uma reflexão sobre tecnologia, finanças, infraestrutura, mobilidade e cultura, além das questões ambientais. Entretanto, qualquer estratégia somente terá êxito se incluir um olhar social e humano nessa trajetória. Especialmente no contexto de uma crise climática que tem registrado tragédias em níveis local e internacional, cada vez mais intensas e frequentes, uma perspectiva econômica que considere a justiça social é inevitável e urgente.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que representa mais de 4 mil cientistas e 195 países, vem alertando para a forma como as mudanças climáticas têm atingido especialmente as pessoas mais vulneráveis e os ecossistemas mais frágeis. Falta ainda, porém, a definição de ações sobre o foco humano no debate da transição sustentável, como equidade, inclusão, acesso a recursos, capacitação e outros. A sustentabilidade somente será uma realidade se passar pela redução das desigualdades sociais, processo para o qual a inclusão produtiva digna de pessoas em vulnerabilidade é uma etapa importante. Além disso, o desenvolvimento da economia verde em alinhamento com oportunidades socioeconômicas pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades.

O Brasil tem vantagens competitivas e comparativas no desenvolvimento de uma bioeconomia positiva para o clima, natureza e pessoas. Essa é certamente uma das grandes motivações que levou o país a propor este ano a Iniciativa de Bioeconomia do G20. A bioeconomia representa a possibilidade de um futuro rico em oportunidades de investimento e desenvolvimento, geração de emprego e renda.

O estudo Inclusão Produtiva e Transição para a Sustentabilidade: Oportunidades para o Brasil, realizado pelo Instituto Veredas a pedido da Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Golden Tree e do Instituto Itaúsa, se debruçou sobre o tema e indica 19 áreas para o desenvolvimento dessa nova economia com potencial de ações de inclusão produtiva digna. Foram localizadas oportunidades nos setores de sistemas alimentares e de uso da terra, indústria, energia, cidades e infraestrutura no Brasil.

Com ações intersetoriais, o país pode ter condições de aproveitar plenamente a transição para a sustentabilidade sem deixar ninguém para trás. São aspectos que não podemos ignorar se quisermos avançar, de fato, com um país comprometido com um modelo econômico que seja sustentável, responsável e justo não só com nossos recursos, mas também com nossos cidadãos. Há papel para todos nesse processo e são urgentes políticas públicas e iniciativas privadas para criar meios de incluir produtivamente a população, especialmente os mais vulneráveis.

As empresas têm responsabilidade fundamental nesse processo, como, por exemplo, em identificar e investir na capacitação e nas competências que serão necessárias na transição para um novo modelo econômico. É fundamental, também, que atuem pelo desenvolvimento sustentável dos territórios em que estão inseridas, que promovam a apropriação justa dos benefícios pelos envolvidos nos diferentes elos de produção e que fomentem a inserção de micro e pequenas empresas em seus arranjos produtivos, entre outras medidas.

Já aos governos, cabe a formulação de políticas públicas que possam promover o direcionamento estratégico de um projeto de transição positivo para o clima, a natureza e as pessoas. É fundamental, também, a criação de critérios para os investimentos e tecnologias prioritárias, um ambiente favorável para que diferentes setores possam somar esforços no processo de transição. O poder público deve manter um olhar de longo prazo e estabelecer sistemas de desenvolvimento de capacidades que antecipem e respondam às demandas da transição, avançando na adoção de uma abordagem adaptativa para a proteção social do país.

O processo de transição para a sustentabilidade terá mais sucesso se conseguir posicionar os diferentes atores envolvidos na exploração da terra e na proteção do meio ambiente, falando uma língua comum, que tenha o enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais como missão prioritária. Para tal, é preciso criar caminhos em que a sustentabilidade também garanta a inclusão produtiva. As oportunidades são muitas e oferecem ao país a chance de ocupar um lugar de protagonismo nas economias do futuro, levando cada cidadão junto para essa perspectiva promissora.

Por uma olericultura mais digital

» WARLEY M. NASCIMENTO

Presidente da Associação Brasileira de Horticultura (ABH) e chefe-geral da Embrapa Hortaliças

O aumento da automação e da mecanização agrícola e o acesso a novas tecnologias estão modificando o perfil do setor rural brasileiro. Algumas dessas transformações tecnológicas já fazem parte da olericultura (setor de produção de hortaliças), por meio de insumos e tecnologias que estão potencializando os resultados desde produtores familiares até os de grande escala empresarial.

A automação pode tornar o processo de produção no campo (ou na estufa) mais eficiente e faz parte de uma das vertentes da agricultura digital, ou agricultura 4.0, com a integração de tecnologias mais avançadas, como a internet das coisas (IoT) e a análise de dados, tornando mais eficiente a gestão e as diversas operações agrícolas.

Tecnologias para automação de processos vêm continuamente impactando o cenário geral de produção agrícola, por meio do aumento específico de produtividade. A produção em sistemas de cultivo protegido sob estufas, por exemplo, tem movimento crescente no mundo. E um dos seus benefícios está associado fortemente à adoção da automação, pois ela garante e intensifica a produção de hortaliças durante todo o ano, com condições climáticas adversas e economia de área e dos recursos naturais. Nesse sentido, há estufas modernas com aquecimento, ventilação, triagem, iluminação, nebulização, suprimento de CO2, suprimento de água e nutrientes, entre outros, possibilitando, assim, um microambiente favorável ao crescimento das plantas e à melhoria da qualidade dos produtos colhidos.

Estratégias de uso eficiente de insumos, que

sejam de menor impacto ao meio ambiente, na utilização de materiais ecologicamente corretos são os atuais objetivos da produção de hortaliças, os quais podem ser alcançados com modelagem, sensoriamento remoto, robótica e estatística avançada, visando estabelecer uma horticultura mais eficiente e inteligente. Embora essa inteligência artificial tenha atingido vários avanços em áreas diversas, como a industrial, e o uso da automação fornecendo soluções para o setor agrícola, ainda não foi expandida fortemente ao cultivo de hortaliças no Brasil.

Trabalhos recentes envolvendo o estudo de imagens obtidas por drones estão sendo utilizados, por exemplo, na fenotipagem e na identificação de plantas superiores em programas de melhoramento genético. Sistemas computacionais podem também ser explorados nos processos pós-colheita de algumas hortaliças. Com a utilização de drones no campo, torna-se possível cobrir áreas, em menor tempo, com um custo menor e uma maior precisão na realização das diferentes tarefas, como mapeamento, pulverização etc. Assim, com o uso dessa tecnologia, o produtor consegue uma maior eficiência em diferentes processos.

O tema aqui abordado é de suma importância nos dias de hoje, nas diferentes áreas do conhecimento, e a olericultura não poderia ficar de fora. Tanto é verdade que o 57º Congresso Brasileiro de Olericultura (<https://www.57cbo.com.br>), evento promovido pela Associação Brasileira de Horticultura (ABH) que está ocorrendo, nesta semana, em Campinas (SP), tem como central Olericultura 4.0: desafios e oportunidades.

Com isso, pretende-se apresentar ao público novos conhecimentos técnico-científicos, práticas, processos e transferência de tecnologia 4.0 ligados aos sistemas de produção e comercialização de hortaliças. Por meio de trocas de experiências, espera-se ampliar o entendimento sobre o uso das tecnologias digitais existentes para a cadeia produtiva de hortaliças e estimular a busca por novas estratégias para aumentar a produção sustentável dessas espécies.

Ainda dentro desse tópico, o governo brasileiro apresentou, recentemente, uma proposta no valor de R\$ 23 bilhões para os próximos quatro anos, em um plano de investimento em inteligência artificial (IA) com o objetivo de desenvolver tecnologias sustentáveis e voltadas para a sociedade. O plano de investimento proposto prevê recursos para “iniciativas de impacto imediato” em diversos setores, como saúde pública, agricultura, meio ambiente, negócios e educação. Uma grande oportunidade para investimentos em infraestrutura, capacitação, geração de empregos e desenvolvimento.

Nos dias de hoje, a tecnologia digital não pode ficar fora de campo! Ela tem, sim, que estar associada diretamente ao processo de produção de hortaliças, seja na agricultura familiar ou na empresarial, visando o fortalecimento da governança ambiental, social e corporativa (ESG), e, claro, contribuindo com o produtor e a cadeia produtiva. Quem ganha com isso é a sociedade brasileira, por meio dos benefícios econômicos gerados por essas tecnologias e pelo consumo de produtos hortícolas mais saudáveis, nutritivos e com menor custo.